



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal André Janones – Avante/MG

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, de 2019.

EMENDA Nº

À PEC 45, DE 2019.

(Do Sr. André Janones)

EMENDA ADITIVA

*Altera o Sistema Tributário Nacional e dá
outras providências.*

Art. 1º - Inclua-se ao Art. 153, § 4º, da Constituição Federal, introduzido pelo Art. 1º da PEC 45, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 153: (...)

§ 4º

IV – terá alíquotas majoradas definidas em lei complementar, os imóveis constituídos por áreas improdutivas, estabelecidos pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada pela atividade rural, a área aproveitável do imóvel rural, e a área total do imóvel rural.

V- Os recursos arrecadados com o aumento das alíquotas a que se refere o inciso IV serão destinados:

- a) ao financiamento de pesquisas e projetos ambientais relativo às terras, ao campo, à agricultura e a indústria agrária;
- b) ao incentivo para pequenos produtores.”



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal André Janones – Avante/MG

JUSTIFICACÃO

O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, de apuração anual, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, considerando-se imóvel rural a área contínua, formada de uma ou mais parcelas de terras, localizada na zona rural do município.

Atualmente, a arrecadação do ITR corresponde a cerca de R\$ 1,5 bilhão por ano, aproximadamente 0,1% do total da arrecadação tributária federal. Esse montante é quase insignificante se comparado a outros países, em que impostos desse tipo representam de 4% a 6% do montante arrecadado.

Destarte, estudos comprovam que, é possível considerar o potencial de arrecadação de 1% do PIB. Essa estimativa baseia-se, sobretudo, na constatação de que o valor médio do ITR é muito baixo, devido ao seu caráter auto declaratório sem qualquer cotejamento com preço de terras praticado no mercado, o que produz uma base de incidência profundamente subavaliada.

A Lei nº 9.393/96 estabeleceu que a progressividade das alíquotas do ITR deveria levar em consideração não só o grau de utilização da terra (GU), como também a área do imóvel, tendo em vista que tais critérios não são isolados, mas sim conjugados. Porém, a tabela de alíquotas de progressividade do ITR disposta na Lei 9393/96 está sem atualização desde o ano de 2002, o que gera uma grande perda de arrecadação anual.

Para efeito, a proposta prevê a majoração do valor do imposto Territorial Rural (ITR) para as áreas improdutivas, quanto maior for o território rural e menor o seu aproveitamento, maior será a alíquota de ITR. Essa sistemática potencializa a função extrafiscal do ITR, desestimula a manutenção de propriedade improdutiva e por consequência, aumentaria a arrecadação de impostos.

A proposta prevê ainda que os recursos arrecadados com o aumento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal André Janones – Avante/MG

do tributo deverão ser investidos para financiar pequenos produtores, pesquisas e projetos agrários e em áreas afins.

Ante o exposto, e considerando a relevância da presente Emenda para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação desta.

Sala da Comissão, de Outubro de 2019.

ANDRÉ JANONES

Deputado Federal – Avante/MG